

MUDANÇA DE ROTA

Passados 40 anos, foram muitas as alterações no projeto original. O horizonte, que deveria ser completamente aberto, está sendo interrompido pelos prédios altos

O SONHO AMEAÇADO

Edson Gés



Na cidade planejada, a arquitetura foi pensada levando em conta o céu aberto. Os prédios seriam alinhados em tamanho controlado para não perturbar o horizonte

Rovênia Amorim
Da equipe do Correio

"Deixem Brasília crescer tal como foi concebida, como deve ser, — derramada, serena, bela e única."
(Lucio Costa, 19/08/74)

O céu do planalto encantou Lucio Costa. O urbanista traçou uma cidade de prédios baixos, cheia de vazios e de respeito, obra atenta à geografia. Passados 40 anos, as linhas do horizonte não são mais as mesmas. Não foi preservada a arquitetura sensível, modernista. A ignorância, a ambição de ocupar os espaços corrompem a idéia original de se construir uma capital civilizada.

As invasões de terra pública ao redor do Plano Piloto preenchem os vazios onde planejava-se construir um novo lago e barram a vista antes ininterrupta. Do mirante da Torre de Tevé, não se enxerga mais o infinito do céu de Brasília. O horizonte ficou reduzido e mais perto com as coberturas e os telhados de casas enfileiradas ao longe. Nada disso foi planejado. Não era para ser assim.

A ocupação na nova capital deveria partir das cidades, não das áreas contíguas ao núcleo original, o Plano Piloto. "Não temos mar nem montanhas. Mas tínhamos a beleza do horizonte encontrando o céu", lamenta o arquiteto Cláudio Queiroz, 51, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB).

A intenção de Lucio Costa era de respeito a escala do lugar, criando o exemplo de como uma cidade pode se relacionar com a natureza. "A primeira coisa que se perdeu em Brasília foi a compreensão do lugar. Hoje, em vez do céu e do horizonte, temos a desordem dos assentamentos, dos condomínios." Rompeu-se com a relação de espaço e silêncio.

Iniciou-se um conflito urbano que foi planejado para não existir. O barulho dos bares e das discotecas que não deveriam estar debaixo da janela do prédio. As vagas são roubadas dos estacionamentos. O comércio local vira

point nas noites da capital. "Essa é a história da especulação. Sugam todo o espaço possível, jogam o bagaço fora e depois se mudam para Miami", critica o arquiteto Haroldo Pinheiro, 47, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Na cidade planejada, onde o céu integra-se à arquitetura, nem mesmo a brisa do Lago Paranoá foi esquecida. Na cabeça do urbanista, a idéia romântica do abrir a janela do apartamento e avistar o Lago Paranoá. Por isso, prédios com menos andares nas quadras do Plano Piloto mais próximas ao Lago. Até essa bela vista tenta-se tirar dos moradores da cidade.

É a força da especulação imobiliária que deixou na orla do Lago o esqueleto de um prédio de 17 andares que seria um hotel. A obra foi embargada por afrontar a lei de tombamento da cidade. "Se enchermos a borda do lago com prédios altos, a brisa planejada não chega às quadras 600, 400, 200 e 100", diz Cláudio Queiroz. "Seria uma parede na beira do Lago Paranoá."

Mas nem sempre o bom senso vence. As quadras 700 são exemplo cruel da vitória da especulação imobiliária. As casas geminadas, de apenas um pavimento, são hoje exceção. Foram, ao longo desses 40 anos, substituídas por construções diferenciadas, de dois e até três pavimentos. "Acafonaram o lugar. Querem criar mansões num terreno pequeno", irrita-se o professor de Arquitetura.

O arquiteto Haroldo Pinheiro também critica alterações feitas no desenho da capital nesses 40 anos. "A cidade está cheia de vazios, incompleta e a pressão é sempre para aumentar os gabaritos." O exemplo mais recente é a cobertura em prédios do Plano Piloto. Na verdade, um sétimo andar, que desvirtua a obra de Lucio Costa e ameaça o tombamento da cidade como Patrimônio Cultural da Humanidade.

A culpa de tudo isso? O arquiteto não tem dúvidas. "Das administrações sucessivas. Será que os administradores e os deputados dessa cidade conhecem de trás para frente o relatório do Plano Piloto de Brasília e o Brasí-

lia Revisitada, de Lucio Costa? Como vai-se administrar Brasília se nos depararmos com a ignorância?"

O arquiteto Carlos Magalhães, 65, incansável defensor da cidade, inventou até uma frase de súplica que usa sempre quando entra na briga para evitar mais um estrago no traçado urbano. "Por que não transformar Taguatinga em Nova York e deixar o Plano Piloto ser Washington?". E explica: "Não é possível manter Brasília como cidade tombada, longe da especulação imobiliária, sem que os gabaritos das satélites sejam corajosamente liberados."

CIDADES APRESSADAS

Sem planejamento, as alterações trazem problemas. E Brasília é cheia de exemplos. Os engarrafamentos, o verde que perde espaço para novas construções. Tudo explicável quando se entende a história de uma cidade que foi planejada para ter 600 mil habitantes até 2000 e não para sustentar mais de um milhão e meio de pessoas — a população das demais cidades do Distrito Federal. Sem contabilizar o Entorno.

As cidades foram criadas na pressa para abrigar candangos que construíram o Plano Piloto e precisavam sair dos acampamentos que seriam inundados pelo Lago Paranoá e as milhares de famílias que chegavam de toda parte do Brasil, atraídas pela chance de emprego. Invasões proliferavam pela W3 Sul, Cidade Livre (hoje Núcleo Bandeirante) e ao longo da estrada Brasília-Anápolis (Vila Sarah Kubitschek).

Em 1958, o traçado da cidade de Taguatinga estava apenas em estudo, quando a ocupação da área teve de ser feita por força dos barracões de madeira velha, de lata e folhas de zinco que se espalhavam entre as obras da nova capital. Quarenta anos depois, as cidades criadas sem planejamento ainda estão à deriva, equilibrando-se nos empregos e serviços (de saúde e educação) do Plano Piloto.

A idéia original não era essa. As cidades deveriam ser autônomas, com trabalho e escolas e hospitais de qualidade para seus mora-

dores. "De nada adiantou a recomendação de Lucio Costa para que se iniciasse o planejamento regional do Distrito Federal, simultaneamente à construção de Brasília", diz o arquiteto Gladson da Rocha, que trabalhou oito anos no antigo Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA) da Novacap, dirigido por Oscar Niemeyer. "Taguatinga, Gama e Sobradinho foram traçadas por equipes alheias ao DUA, sem nenhum critério relacionado com o Plano Piloto. O resultado é vergonhoso. Durante muitos anos, as satélites vão continuar como cidades dormitórios", conta. O grupo de arquitetos que trabalhava com Oscar Niemeyer queria as cidades próximas à divisa com o Entorno.

O morador teria, como primeira opção de trabalho, a sua própria cidade e depois a cidade vizinha ou a periferia goiana do Distrito Federal. "Dessa maneira, se diminuiria o número de viagens diárias para Brasília e se desafogariam o transporte e os equipamentos urbanos locais", diz Gladson da Rocha.

Na visão do arquiteto, pior do que a criação das cidades, sem o planejamento e sem condições de sustentar a população que abriga, foi o inchaço da chamada área metropolitana de Brasília. O adensamento populacional ao redor do Plano Piloto estava previsto para ocorrer fora da Bacia do Paranoá, para além da Estrada Parque Ceilândia-Taguatinga (EPCT), que delimita a região administrativa de Brasília. A estratégia era criar um cinturão verde de proteção à cidade e de preservação das nascentes.

O ideal, no entanto, começou a se perder com a fixação da Cidade Livre. Em seguida, viria a criação do Guará I, projetada para atender a trabalhadores do Setor de Indústria e Abastecimento. Um aglomerado que teria, no máximo, 500 casas, segundo despacho de Lucio Costa. Mas já nasceu com 10.500 residências. Depois tomaram forma Cruzeiro, Octogonal, Candangolândia e os parcelamentos irregulares de chácaras das colônias agrícolas na região administrativa de Taguatinga. Terras que deveriam estar produzindo hortifrutigranjeiros para abastecer o Plano Piloto.

